

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BIANCA ALTOÉ

**INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A EVOLUÇÃO
DO PRODUTO, EMPREGO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO BRASIL**

CURITIBA

2018

BIANCA ALTOÉ

**INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A EVOLUÇÃO
DO PRODUTO, EMPREGO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO BRASIL**

Monografia apresentada à disciplina Monografia II
como requisito parcial à conclusão do Curso de
Ciências Econômicas, Setor Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Carolina Bagattoli

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

BIANCA ALTOÉ

INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A EVOLUÇÃO DO PRODUTO, EMPREGO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a Dra. Carolina Bagatolli
Departamento Economia (UFPR)

Prof. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Welington da Silva Pereira
Departamento de Economia (UFPR)

Curitiba, 07 de dezembro de 2018.

RESUMO

Este trabalho apresenta o resgate dos principais acontecimentos históricos relacionados à evolução e consolidação do processo de industrialização no Brasil entre 1930 e 1980. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura através de pesquisa bibliográfica, baseando-se nos principais autores que abordam o tema em questão, assim como os indicadores econômicos que remetiam aos resultados obtidos no período analisado. Primeiramente, observa-se a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Logo, o processo de substituição de importações toma força e se expande durante décadas, transformando a estrutura industrial brasileira. Do mesmo modo, o produto acompanha essa modificação, assim como o emprego, que passou por mudanças institucionais que permitiram a expansão do trabalho assalariado. No que tange o comércio internacional, as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo também se alteraram, refletindo as novas políticas de comércio exterior. O fechamento deste ciclo de transformações econômicas no Brasil ocorre sob a luz do endividamento externo, agravado no fim da década de 1970.

Palavras-chave: Substituição de importações. Produto. Emprego. Comércio exterior.

ABSTRACT

This work presents the recovery of the main historical events related to the evolution and consolidation of the industrialization process in Brazil between 1930 and 1980. For this, a literature review was carried out through bibliographical research, based on the prominent authors that approach the theme in question, as well as the economic indicators that refer to the results obtained in the analyzed period. First, is evident the transition from an agro-exporting economy to an industrial economy. Right after, the process of import substitution takes on strength and expands for some decades, transforming the Brazilian industrial structure. In the same way, the product accompanies this change, as well as the employment, which underwent institutional changes that allowed the expansion of salaried work. Concerning international trade, Brazil's trade relations with the rest of the world have also changed, reflecting new foreign trade policies. The closing of this cycle of economic transformations in Brazil occurs under the light of external indebtedness, aggravated in the late 1970s.

Key-words: Import substitution. Product. Job. Foreign trade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - OSCILAÇÃO DO PIB (%) –VARIAÇÃO EM VOLUME	22
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DOS ASSALARIADOS (COM E SEM CARTEIRA) E DOS NÃO ASSALARIADOS (SOMA DOS AUTÔNOMOS E DO GRUPO “MEMBROS DA FAMÍLIA”) NO TOTAL DE OCUPADOS NO BRASIL, 1940 A 1980 (EM %)	37
GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: 1920-1980.....	43
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E DÍVIDA EXTERNA (EM LOGARITMO, EM US\$ MILHÕES – DADOS DE COMÉRCIO E MERCADORIAS FOB)	45
GRÁFICO 5 - EXPORTAÇÕES (FOB), IMPORTAÇÕES (FOB) E BALANÇA COMERCIAL	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - OSCILAÇÃO DO PIB NO BRASIL POR ANOS ENTRE 1930 E 1990 (%)	23
TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INDUSTRIAL, 1928-1980.	26
TABELA 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS DO PRODUTO REAL SEGUNDO SETORES DA PRODUÇÃO: BRASIL, 1950-1954 (%).....	29
TABELA 4 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA: TRABALHADORES EMPREGADOS E AUTÔNOMOS (1000 PESSOAS) – 1940 ATÉ 1980.....	36
TABELA 5 - ÍNDICES DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: 1930-1980 (ANOS)	42

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	Justificativa	13
1.2	Objetivos	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	Metodologia	15
2.	O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES	16
3.	A EVOLUÇÃO DO PRODUTO.....	21
4.	A EVOLUÇÃO DO EMPREGO	34
5.	A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	39
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

Um dos acontecimentos mais marcantes da Economia Mundial no século XX foi a chamada “Grande Depressão” (1929-1933) – conhecida como a mais séria crise econômica mundial¹. Embora esta crise tenha afetado o mundo todo, os países da América Latina foram atingidos com mais intensidade. No entanto, a reação ao enfrentamento à crise nos países da região não ocorreu de maneira uniforme. O Brasil se utilizou de políticas estatais de defesa do emprego e renda, mas, principalmente, se voltou para a política de industrialização como rota principal para a saída da crise².

Dessa forma, com a decadência do modelo econômico agroexportador - principalmente a partir da crise de 1929 –, se inicia no Brasil um processo de industrialização por substituição de importações (ISI) como resposta à crise de comércio internacional que afetou a capacidade de importar brasileira³.

Esta estratégia não foi exclusiva do Brasil. Via de regra, em países em desenvolvimento / de capitalismo tardio, a industrialização se deu através de processos de ISI – a despeito das diferentes estratégias observadas de país para país. No caso brasileiro, este processo tem seu desenvolvimento, auge e declínio o período que vai da década de 1930 a 1980.

Embora seja um tema recorrente no pensamento econômico brasileiro, revisitar este debate – sob a ótica da evolução do produto, emprego e comércio internacional –, é importante para uma melhor compreensão dos determinantes do crescimento industrial no referido período, bem como para identificar seus impactos no setor produtivo até os dias de hoje.

Vale mencionar que, embora trate-se de um tema central no pensamento econômico brasileiro, mesmo após tantas décadas, ainda não se chegou a um consenso sobre quando se inicia de fato a industrialização no Brasil. Contudo, há uma

¹ SANDRONI, 1999.

² CANO, 2015.

³ MATTEI, 2009.

vasta literatura mencionando que a industrialização no país se iniciou bem antes do declínio do café⁴.

Buscando um melhor esclarecimento sobre o tema, o trabalho foi dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Iniciamos, na seção 2, discorrendo sobre o processo de substituição de importações, visto que este foi o modelo amplamente utilizado para o desenvolvimento da economia interna do Brasil, sobrepondo o modelo agroexportador.

Nas seções seguintes, nos aprofundamos nas questões que cercam a industrialização, destacando a evolução do produto (seção 3), emprego (seção 4) e comércio internacional (seção 5), inserido no contexto histórico e político, bem como o papel desempenhado pelo Estado nesse processo.

1.1 Justificativa

A análise da indústria no período pós-crise de 1929 até o fim da “década perdida” de 1980, pode conter informações importantes sobre as dificuldades atuais enfrentadas pela economia brasileira, principalmente no que tange o setor industrial. O fato de a historiografia indicar a indústria como um vetor de relevante importância positiva na economia do país leva a uma reflexão sobre a importância em se fomentar a economia através do desenvolvimento da mesma.

Sem se ater a debates ou controvérsias já elucidados anteriormente sobre surgimento da indústria no Brasil, buscamos com este trabalho – sob a ótica da evolução do produto, emprego e comércio internacional –, através da análise de dados e revisão de literatura, resgatar as questões que cercam o crescimento industrial no referido período.

Este trabalho visa contribuir com uma melhor compreensão sobre tais temas, ainda que modestamente, e resgatar a importância histórica e econômica entre os

⁴ De acordo com Peláez (1968, apud FONSECA, 2016), há evidências de crescimento da indústria brasileira nas três primeiras décadas do século XX. Logo, o crescimento industrial a partir de 1930, seria advindo da ampliação da capacidade produtiva já existente, dentre outros fatores. De mesmo modo, Versani e Versani (1975, apud FONSECA, 2016), apontam a existência da indústria têxtil algodoeira, dentre outras indústrias no período do modelo agroexportador, como produção industrial relevante no Brasil antes da Grande Depressão.

anos de 1930 a 1980, em que a indústria se consolidou e impactou direta e indiretamente na economia do Brasil, no que tange as três dimensões que serão esmiuçadas. Setor considerado importante, inclusive, como o caminho para o desenvolvimento – conforme a leitura da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

1.2 Objetivos

Dado o vasto papel da industrialização no processo de fortalecimento da economia capitalista no Brasil, os desdobramentos e limites discutíveis são abrangentes. Sendo assim, deve-se atentar que este trabalho apresenta os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e resgatar os principais fatos históricos e indicadores relacionados à industrialização brasileira entre as décadas de 1930 até 1980. De tal modo, buscaremos ressaltar aqueles fatos atrelados ao crescimento industrial no que tange o recorte cronológico abordado, apontando os que contribuíram positivamente na geração de renda, emprego e comércio internacional no Brasil. Assim sendo, recorreremos aos indicadores de maior relevância no que concerne a demonstração do cenário econômico brasileiro no período analisado.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Resgatar a importância do Processo de Substituição de Importação na industrialização do Brasil.
- Identificar a evolução do PIB brasileiro entre 1930 e 1980.
- Analisar o crescimento do emprego entre a população economicamente ativa, fomentado pelo aumento das atividades industriais no referido período.
- Examinar o comportamento das importações e exportações no Brasil ao longo deste período.

1.3 Metodologia

Visando o êxito dos objetivos apresentados acima, e conforme introduzido e justificado anteriormente, este trabalho se pauta em uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática da indústria na economia brasileira desde 1930 até a década de 1980. Conforme salientado por Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se através de materiais científicos já elaborados anteriormente, buscando atender à convergências e divergências em relação a um tema em questão. Sendo assim, a finalidade da pesquisa bibliográfica enquanto método científico, é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que já fora escrito sobre determinado assunto (MARCONI E LAKATOS, 2007).

É importante que seja frisado o papel de abrangência da pesquisa bibliográfica, haja vista a dispersão temática desta obra. Afinal, através deste método, é possível que se vislumbre o atual estado da arte no que se refere ao período histórico objeto da nossa análise. Exatamente devido a este fator, a pesquisa bibliográfica é recorrentemente utilizada em trabalhos de cunho histórico (GIL, 2008).

Salienta-se ainda que, para execução deste trabalho, foi utilizada a uma vasta literatura, contendo autores de diversas correntes de pensamento, tendo como objetivo à elucidação do maior número possível de considerações. Autores clássicos da economia brasileira, como Celso Furtado, Maria Conceição Tavares – dentre outros – são utilizados em suas contribuições diretas; porém, seus comentadores também se farão recorrentes, objetivando o melhor esclarecimento sobre a temática de interesse deste trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos também a análise de dados estatísticos, no intuito de demonstrar a evolução de alguns índices relacionados ao produto, emprego e comércio internacional, dentro do período analisado, visto que, de acordo com Marconi e Lakatos, (2003, p.167), “a importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas à investigação”.

2. O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O processo de substituição de importações (PSI) pode ser considerado o fio condutor do crescimento industrial no Brasil. Desse modo, é de suma importância resgatarmos ao menos os pontos mais relevantes deste processo, intrínseco ao crescimento econômico brasileiro do período analisado.

Os períodos históricos do processo de substituição de importações brasileiro, poderão ser vistos com mais detalhes nas próximas seções, visto que este processo está diretamente relacionado à evolução do PIB e do produto industrial, assim como às ações dos principais governos da época.

Buscamos assim, uma melhor base para o posterior desenvolvimento cronológico do nosso tema. Logo, o propósito desta seção, é resgatar brevemente alguns detalhes do PSI paralelamente ao processo histórico ao qual ele pertenceu.

O avanço do setor industrial brasileiro a partir da década de 1930, carrega as características da chamada industrialização por substituição de importações. Esse processo traz como base uma industrialização fechada, realizada por partes⁵ e tem como motor dinâmico o estrangulamento externo (GREMAUD et al., 2009).

A literatura contempla diversas definições e caracterizações do PSI. Ressaltamos a seguir algumas dessas descrições, que trazem a síntese do processo de acordo com alguns autores.

O processo de industrialização por substituição de importações caracterizava-se pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. Nesse processo, a indústria vai-se diversificando e diminuem as necessidades de importações em relação ao abastecimento doméstico (GREMAUD et al. 2009, p.356).

A substituição de importações é definida em Sandroni (1999, não paginado), como “conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo

⁵ O setor industrial é formado por subsetores produtores de diferentes tipos de bens: bens de consumo não duráveis (textéis, alimentos, etc.), bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, etc.), bens intermediários (ferro, aço, etc.) e bens de capital (máquinas, equipamentos, etc.). No caso do Brasil, a industrialização se desenvolveu por etapas, mas não extamente um setor após o outro, mas de acordo com sua importância na pauta de importações quando do estrangulamento externo (GREMAUD et al., 2009).

interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta em dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial”.

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo as restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 2011, p.66).

Entre 1914 e 1945 as economias latino-americanas foram afetadas por sucessivas crises de comércio exterior decorrentes de períodos de guerras e da Grande Depressão. Logo, Tavares (2011, p.64) destaca que “a crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador”.

De tal modo, os economistas da Cepal vinculam a industrialização dos países latino-americanos às crises da agro exportação, a chamada *teoria dos choques adversos*⁶ (FONSECA, 2003). De fato, os problemas enfrentados na balança de pagamentos, acabavam por se tornar crises nas finanças públicas.

Pela teoria dos choques adversos, a industrialização não se constituía em propriamente uma opção, ou fruto de uma consciência política explícita de um grupo dirigente vinculado aos interesses industriais, mas decorrência não planejada da forma com que as crises eram enfrentadas (FONSECA, 2003, p.5).

Embora tenha sofrido algumas críticas em determinados momentos, é inegável a importância das teses cepalinas. Algumas delas dizem respeito aos fatores que desencadearam o PSI, se, de fato, teriam sido as crises e o estrangulamento externo.

Nesse sentido, Peláez (1968, *apud* FONSECA, 2003), criticou a *teoria dos choques adversos* e, em uma de suas abordagens, afirmou que o PSI não teria se iniciado em 1930, visto que a indústria já possuía uma importância relativa anterior e que continuaria a crescer a partir da referida década.

Em meados de 1930, a economia brasileira retomaria “o crescimento do produto a despeito da crise do setor exportador, sob a liderança dos setores voltados ao mercado interno” (FONSECA, 2003, p.2). Diferentemente do que ocorreu na

⁶ Teoria, que, em sua versão mais simples, “argumenta que as crises das atividades exportadoras criavam condições para que a economia se voltasse ao mercado interno, sob a liderança do setor industrial”, por razões diversas (FONSECA, 2003, p.2).

República Velha, em que o processo de substituição de importações decorreu em sua forma mais simples, com o crescimento industrial induzido pela diversificação e crescimento do setor exportador.

As flutuações cambiais e os processos inflacionários enfraqueciam as tentativas de investimentos nos setores internos e também acentuavam as disparidades entre os níveis relativos de preços entre 1929 e 1939. Contudo, observou-se um crescimento econômico produtivo e acordo com Furtado ([1959] 2005, p.211): “nos anos trinta o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna”. Conseqüentemente, o que se observou nos anos seguintes foi uma maior participação relativa da indústria no emprego e na renda, fortalecido inicialmente pelo PSI.

Diante da exaustão das possibilidades de continuar mantendo o setor cafeeiro vivo, o mercado interno acenou como setor dinâmico em meio a crise. Os setores que viram seus lucros com o mercado externo caírem precisaram realocar seus investimentos para outras atividades. Logo, avistaram alguns atrativos no mercado interno. Dessa forma, com o aumento dos preços relativos dos produtos importados, reduzia a procura por esses bens, viu-se crescer a procura interna. E aproveitando-se da capacidade ociosa nas indústrias já existentes, parte da demanda interna começava a ser atendida por uma produção nacional (FURTADO, 2005; LACERDA et al. 2001).

Conforme ponderamos até o momento, enquanto alguns autores mencionam o PSI como um processo pontual a partir da década de 1930, outros nos remetem à uma ótica um pouco distinta. Como já mencionado, este é o caso de Peláez (1968, *apud* FONSECA, 2003, p.6), que descreve: “o PSI é visto como um processo lento e gradual, originado no seio da economia agroexportadora e em decorrência de seu crescimento e diversificação”.

Embora com algumas divergências, de modo geral, os governos das economias em desenvolvimento tomaram medidas que acabaram por estimular seus mercados internos. Essas ações favoreceram uma recuperação econômica mais rápida no Brasil, se comparado com outras economias afetadas pelas crises. Logo, o processo de industrialização foi beneficiado a partir de então, favorecido pela manutenção da renda interna (FURTADO, [1959], 2005; TAVARES, 2011).

Um ponto a ser destacado, foram as ações dos governos no decorrer do PSI, com objetivo de proteger a indústria nacional. Frente a isso, do ponto de vista comercial, lançou-se mão de desvalorização real do câmbio, controle de câmbio, taxas múltiplas de câmbio e elevações aduaneiras (GREMAUD et al., 2009).

Conforme Tavares (2011, p.90), na década de 1930 o Brasil se encontrava em condições que permitiram um movimento de expansão e mudança de sua estrutura produtiva pois, naquele período, dispunha de um amplo mercado interno e uma relativa diversificação em sua estrutura industrial.

O Brasil passou por turbulências econômicas e políticas nos anos de 1960, enfrentou taxas de inflação elevadas, queda nas taxas de crescimento e, no campo político, a instauração de uma ditadura militar com a nomeação do Marechal Humberto Castello Branco como presidente do país em 1964 (BASTIAN, 2013).

Ademais, de acordo com Macarini (2007, p.346), “o intenso processo de desenvolvimento experimentado pelo Brasil na década de 1950, responsável pela emergência de uma estrutura industrial bastante diversificada, não foi acompanhado de um processo análogo na área financeira”.

No início da década de 1960, o sistema financeiro se mostrava insuficiente para retomar um desenvolvimento que, nos três primeiros anos já se apresentava em crise. Buscando superar esses percalços, a política econômica do regime militar atuou intensamente no campo das reformas financeiras, durante um período de 20 anos seguintes à sua implantação a em 1964 (MACARINI, 2007).

Mesmo com as restrições sofridas durante os anos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, que resultaram em queda das importações em cerca de 50%, no pós-guerra, a capacidade de importar do Brasil se recuperou quase que imediatamente, o que não ocorreu com outros países da região, como Argentina e Chile (TAVARES, 2011).

As repostas ao estrangulamento externo através do PSI fizeram com que a perda do dinamismo do setor exportador cedesse lugar a uma busca por novos rumos para a atividade econômica, especialmente em atividades industriais que possibilitaram o acréscimo das oportunidades de investimento e das taxas de crescimento econômico durante longos períodos (TAVARES, 2011).

A medida em que esse processo foi avançando nas últimas décadas ocorreram mudanças estruturais, assim como uma expansão da indústria brasileira. Houveram sensíveis alterações na pauta de importações de certos produtos ou grupo de

produtos. O processo de substituição de importações proporcionou um grande avanço na promoção da industrialização. Conforme Gremaud et al. (2009), a industrialização por etapas seguiu por rodadas, inicialmente através da produção de bens de consumo não duráveis, com a indústria de alimentos e têxteis. Posteriormente, viriam os bens de consumo duráveis e de capital.

No entanto, Tavares (2011, p.104), pondera que “o esforço de substituição de uma economia ou de um setor industrial não pode ser medido apenas em termos de diminuição das suas importações”. A autora afirma que a produção interna deve atender mais que proporcionalmente a expansão do consumo, conjuntamente com a diminuição do coeficiente de importação sobre a oferta.

De fato, os coeficientes gerais de importação, entre 1948 e 1961, apresentaram uma queda de participação em termos quantitativos do setor externo na economia brasileira, passando de 10,7% em 1948 para 7,0% em 1961 (TAVARES, 2011, p.97). Contudo, mesmo que em quantidades a participação do setor externo fosse pouco significativa, qualitativamente, o coeficiente importado representou um elemento estratégico na expansão da capacidade produtiva.

Conforme observamos até aqui, o processo de substituição de importações pode ser explicado por uma combinação de fatores, complexos e diversos. Dentre eles, composição relativa do mercado brasileiro, tal qual o grau de diversificação da estrutura produtiva, ressaltando que ambos já presentes dentro do modelo tradicional exportador. Se destaca também a abundância relativa dos fatores como terra e mão de obra (TAVARES, 2011).

Assim, no decorrer de três décadas, buscou-se implementar e adequar o PSI às características da economia brasileira. Contudo, os percalços não foram eliminados. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, estavam a tendência ao desequilíbrio externo; necessidade de aumentar a participação do Estado; aumento do grau de concentração de renda e a escassez de fontes de financiamento (GREMAUD, 2009).

Dessa forma, sob uma forte recessão, inicia-se o esgotamento do modelo do PSI no Brasil, aprofundado pelo crescente endividamento externo desde o final da década de 1960 e se encontrando à elevação das taxas de juros internacionais em 1979, quando a dívida externa brasileira atinge altíssimos índices (MATTEI et al., 2009).

3. A EVOLUÇÃO DO PRODUTO

A importância histórica e econômica dos anos 1930 é de plena concordância entre vários autores que trabalham com economia brasileira contemporânea. De acordo com Fonseca (2014), alguns analistas históricos ressaltam as mudanças institucionais e da esfera política a partir desta data, assim como economistas como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, de tradição cepalina, que destacam que neste período a economia brasileira deixa de ser regida pelo “modelo agroexportador” e passa por um “novo modelo de substituição de importações”.

Desse modo, o que ocorre nos anos seguintes, até a importante década de 1980 – quando há a interrupção daquele modelo -, nos fornece grandes evidências sobre a evolução do produto e da produção industrial no Brasil, do seu auge à desaceleração desse longo ciclo.

A ascensão industrial a partir dos anos 1930 passou por acontecimentos históricos e econômicos de grande relevância. Alguns destes aconteceram a partir da “Era Vargas”, seguido pelo “Plano de Metas de Juscelino Kubitschek” e atravessando a “crise entre 1962-1967”, em que a economia brasileira logo apresentaria uma recuperação iniciada em 1968, no período econômico expansivo findado em 1973, chamado de “Milagre brasileiro”. Ao longo daquele ano, vários países, assim como o Brasil, sentiriam o impacto do primeiro choque do petróleo.

A partir de então, segundo Giambiagi (2005), a balança comercial passaria de um equilíbrio virtual em 1973, para um déficit de US\$4,7 bilhões no ano seguinte. Logo, a combinação de problemas econômicos e conjunturais se seguiu até os anos de 1980, na emblemática “Década Perdida”. Portanto, mesmo que de forma resumida, observamos, nessa breve descrição, grandes fatos que merecem ser retomados.

Sendo assim, nessa seção, tem-se como objetivo a descrição acerca da evolução do produto a partir do crescimento da industrialização; não só historicamente, mas também através dos dados relacionados ao crescimento da produção industrial, ao PIB e a balança comercial brasileira. Comentaremos ainda, mesmo que brevemente, sobre a importância do investimento direto externo (IDE) no processo de industrialização brasileiro.

De acordo com Sandroni (1999, não paginado), entende-se como produto, em seu sentido mais amplo, “o conjunto de todos os bens e serviços resultantes da atividade produtiva de um indivíduo, empresa ou nação”.

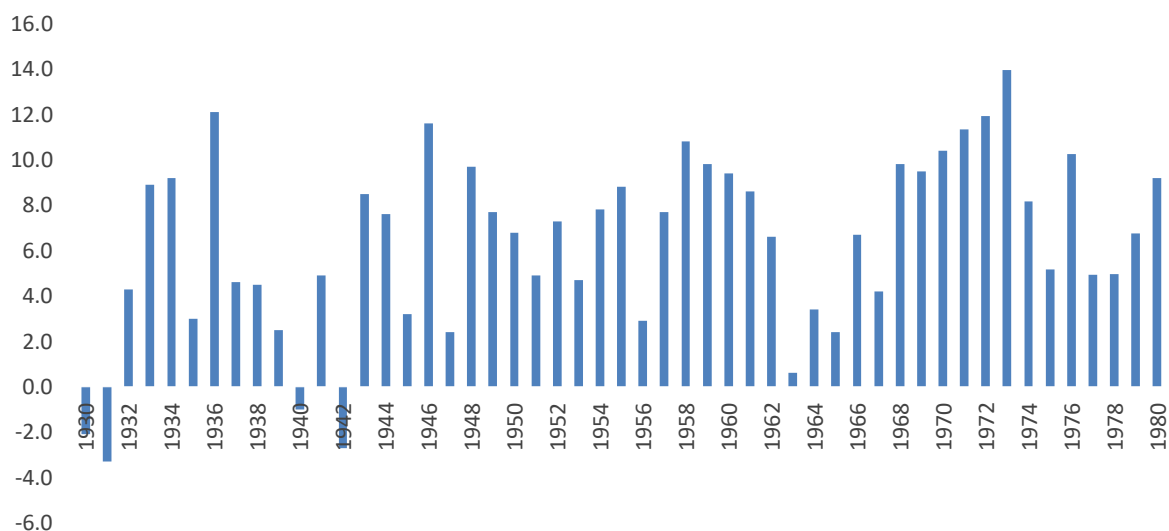
Sob a ótica da Contabilidade Nacional, o crescimento econômico de um país pode ser avaliado a partir do produto. Segundo Gremaud et al. (2009, p.31), “o crescimento econômico de um país em determinado período é definido como o aumento do produto naquele período, ou seja, a elevação da produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades humanas”.

Outrossim, essa pesquisa apresentará ênfase ao termo produto em uma de suas formas mais específicas: o produto industrial. Sendo que, conforme já mencionado, esta análise se dará dentro da evolução da própria industrialização no Brasil.

Tendo como perspectiva que na análise econômica o produto interno bruto (PIB) é um indicador de suma importância quando se deseja avaliar o desempenho da economia de um país, torna-se válido que se inicie esta análise através deste indicador. Afinal, os ciclos de crescimento da economia brasileira podem ser observados pela análise do mesmo.

Analisando ao Gráfico 1, podemos observar dois longos e grandes ciclos de crescimento econômico. O primeiro deles está entre 1930 a 1950, nos governos de Getúlio Vargas, e o segundo na fase que envolve o governo JK e o regime militar, entre 1955-1980.

GRÁFICO 1 - OSCILAÇÃO DO PIB (%) –VARIAÇÃO EM VOLUME



FONTE: Adaptada de IBGE (1990).

Adicionalmente, segundo Paulo Gala (2018), poderia se destacar ainda um terceiro ciclo de crescimento a partir dos anos 2000⁷, porém, como definido nos objetivos deste trabalho, trata-se de um período fora do recorte desta pesquisa e, por isso, não será incorporado na análise.

Ao longo do trabalho, se observará, a partir do resgate histórico de nossa análise, alguns dos acontecimentos que impactaram direta ou indiretamente na evolução do PIB (valores apresentados no gráfico 1). Abaixo, podemos verificar na tabela 1 o comportamento do PIB nos anos destacados entre 1930 e 1980, com objetivo de ilustrar as expressivas oscilações da taxa de crescimento do PIB brasileiro.

No ano de 1930 a taxa relativa ao PIB apresentou o valor negativo de -2,10%, que refletia o conturbado momento econômico da “Grande Depressão”. No ano de 1950, o PIB já apresentava um grande crescimento comparado aos anos de 1930 e 1940, assim como os outros anos destacados na tabela 1.

TABELA 1 - OSCILAÇÃO DO PIB NO BRASIL POR ANOS ENTRE 1930 E 1990 (%)

Ano	Crescimento do PIB (%)
1930	-2,10
1940	-1,00
1950	6,80
1960	9,40
1970	10,40
1980	9,20

FONTE: Adaptado de IPEA DATA (2018).

A nova etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil se iniciou a partir do aprofundamento das crises da economia tradicional e das antigas estruturas políticas (Lacerda et al., 2001). Historicamente, os fatores que desencadearam o surgimento da indústria no Brasil foram muitos e, os mecanismos que propiciaram o seu crescimento e avanço, também se mostraram inúmeros. Contudo, mesmo que não exista um consenso ou afirmação sobre a existência de um marco inicial, que tenha culminado no surgimento da indústria no Brasil, é fato que a crise da economia cafeeira foi um impulsionador da industrialização no país.

A literatura evidencia que os primeiros investimentos relacionados à industrialização no Brasil foram feitos nas indústrias de tecido. Em torno de 1870, as

⁷ Vide publicação do autor intitulada “100 anos de PIB no Brasil”.

inversões estariam diretamente relacionadas aos ciclos cambiais, apontando que muitos investidores almejavam, inicialmente, minimizar os prejuízos decorrentes das oscilações de câmbio (VERSANI e SUSIGAN, 1990).

Algumas atividades que precedem as indústrias de bens de capital já despontavam anteriormente à Grande Depressão. A publicação do primeiro levantamento geral da atividade industrial, divulgado em 1907, feito pelo Centro Industrial do Brasil a pedido do Governo Federal (IBGE, 1986), mostrava que parte do consumo de alguns produtos manufaturados já era atendido pela indústria nacional. O setor algodoeiro já sinalizava claramente, naquele período, um processo de substituição de importações, com sua produção interna já suprimindo as necessidades domésticas em dois terços do consumo aparente (VERSIANI E SUZIGAN, 1990).

Ao final do século XIX, o cenário econômico se apresentava muito benéfico aos produtores de café. De forma que, neste período, este setor contava com facilitadores, como disponibilidade de crédito para financiar a abertura de novas terras; que, em conjunto como a desvalorização cambial, dentre outros fatores, possibilitou o aumento do preço do produto em moeda nacional, estimulando ainda mais a produção. De tal modo, a produção que era de 3,7 milhões de sacas entre 1880-81, alcançou o ápice produtivo de 16,3 milhões em 1901-02 (FURTADO, 2005).

Todavia, mais adiante, a crise de 1929 acentuaria a vulnerabilidade do setor, o Brasil viu esvaír-se suas reservas metálicas que haviam sido acumuladas às custas de empréstimos externos, se dissipar com as fugas de capitais. Naquele momento, a produção cafeeira ainda apresentava uma expansão desmedida das plantações de café, que se estendeu até 1933, levando as superproduções e baixas nos preços⁸.

Buscou-se alguns mecanismos para atenuar o grave quadro econômico que, arrastava-se em uma situação crítica a bastante tempo e não apresentava perspectivas de uma solução definitiva. O governo lançava mão desses mecanismos, muitas vezes visando resguardar a renda dos cafeicultores através de medidas paliativas (FURTADO, 2005; LACERDA et al. 2001).

Mesmo diante de todos esses entraves, Furtado defende alguns dos recursos utilizados na época para reduzir o impacto no setor cafeeiro, como a própria política de retenção e queima do café, desvalorização cambial e expansão de oferta

⁸ “Reflexo as grandes plantações de 1927-28” (FURTADO, 2005, p.182).

monetária. Isso porque tais recursos, segundo o autor, teriam sustentado, por um período, o nível de renda nominal e do produto. (FURTADO 1959, apud FONSECA, 2003).

De acordo com Furtado ([1959] 2005), a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão configura-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Dessa forma, teria sido praticado no Brasil, mesmo sem a consciência total sobre os seus resultados naquele momento, uma grande política anticíclica nunca antes observada, nem mesmo em países industrializados.

Houve um período em que o preço do café permaneceu aparentemente alheio ao cenário externo, pois estava condicionado a uma estrutura de oferta fortemente ligada às políticas de defesa do café. Mesmo após alcançar o valor mais baixo em 1933, a cotação internacional do café se manteve estável até 1937.

Mas o reflexo desta estabilidade nos preços dos produtos primários foi sentido em grandes proporções em alguns produtos, visto que os mesmos eram afetados por políticas protecionistas direcionadas ao setor cafeeiro. Os aumentos alcançaram mais de 140 por cento nos preços do açúcar e mais de 100 por cento no preço do cobre, entre 1933 e 1937 (FURTADO, [1959], 2005, p.186).

Para Furtado ([1959], 2005), os investimentos voltados para o mercado interno, especialmente para as produções manufatureiras, seriam decorrentes dos efeitos das desvalorizações da moeda durante a crise do mercado cafeeiro. Outros autores, como Versiani e Suzigan (1990), também apontavam o surgimento da indústria advindos de pequenas crises, que favoreceram o produtor local e atraíram capitais para a atividade manufatureira.

Viu-se então, que os esforços para evitar os desequilíbrios na balança de pagamentos, acabaram por fomentar a economia interna do Brasil. A renda advinda do elevado nível de atividade dentro do país tinha no mercado interno uma oportunidade em suprir uma demanda que crescia visivelmente. Os investimentos que antes seriam facilmente direcionados para o mercado externo, tomariam novos rumos com o crescimento da procura interna pelos produtos antes importados.

As políticas de Vargas contribuíram para a mudança do centro dinâmico da economia, que antes era voltado para exportação e, a partir deste momento se voltou para o mercado interno (FONSECA, 2017). De acordo com Furtado ([1959], 2005, p.195), “as atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam um novo impulso ao atrair

capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação”. Em consequência da já mencionada instabilidade econômica, enfrentada pelos produtores de café, surgiu a preocupação em desviar capitais do setor cafeeiro para outro setor.

O primeiro passo para a expansão da indústria seria a apropriação da estrutura já existente, como foi o caso da indústria têxtil. O panorama econômico da depressão no Brasil apresentava outras condições que fomentaram a capacidade produtiva de vários setores. De acordo com Furtado ([1959], 2005, p.196): “A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis”.

No entanto, em economias subdesenvolvidas, a indústria de bens de capital⁹ se depara com alguns entraves relacionados às importações e desvantagens relativas. Contudo, a produção de bens de capital no Brasil não se alterou significativamente com a crise. As indústrias de ferro e cimento, por exemplo, já mostravam um crescimento em 1931, apresentando um aumento em sua produção de 60% comparado à 1929 (FURTADO, 2005).

Na tabela 2, podemos observar a evolução dos indicadores anuais da produção industrial entre 1928 e 1980. Nota-se que, com exceção de alguns momentos, houve um ritmo de crescimento produtivo bastante favorável (VERSIANI e SUZIGAN, 1990).

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INDUSTRIAL, 1928-1980.

Períodos	Crescimento Anual Médio (%) (Ind. De Transformação)
1928-1932	-1,7
1932-1939	10,0
1939-1949	7,9
1949-1962	9,5
1962-1967	2,7
1967-1973	13,3
1973-1980	6,8

FONTE: Adaptado de Versani e Suzigan (1990, p.30).

⁹ A indústria de bens de capital é considerada por muitos autores como um fator chave para as economias capitalistas, como relatado por Roberto Vermulm, (2003, pg.1): “A incorporação de bem de capital ao processo produtivo, pode implicar na ampliação da capacidade da economia crescer, além do fato de que o bem de capital é portador de conhecimento, pois incorpora tecnologia”.

Entre 1928 e 1932, a taxa de crescimento anual médio do produto industrial ficou em -1,7%, o que não causa estranhamento, visto que o período em questão abrange alguns anos da Grande Depressão. Logo, o período seguinte apresenta uma recuperação e o crescimento anual médio entre os anos de 1932 e 1939 chegou a 10,00%, refletindo a expansão industrial da década de 1930.

Ainda sobre a Tabela 2, o período de maior crescimento médio anual da indústria de transformação, dentre os anos do levantamento acima, ficou entre 1967-1973, com taxa acima de 13%. Historicamente, este período abrange o chamado “Milagre Econômico”, que entre 1968-73, apresentou um PIB com crescimento anual médio de 11% (HERMANN, 2011).

Ao longo das décadas analisadas, vemos com clareza como caminham lado a lado as questões econômicas e políticas. Como comentado de início e ao longo das seções, observamos que, conjuntamente com os novos governos, os objetivos da economia são comumente alterados. O Governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) faz a ruptura com a República Velha e, em seu discurso ao tomar posse, o então presidente já expõe seu plano de “reconstrução nacional”, ainda não focado no desenvolvimento da indústria, mas na busca por austeridade econômica a partir de mudanças na Legislação, apoio a policultura, exportações, etc. (FONSECA, 2014).

Entre 1933 e 1939 houve um intenso crescimento industrial impulsionado por medidas favoráveis do governo. No entanto, Fonseca (2014) chama a atenção para o baixo nível das relações dos termos de troca e a escassez de divisas para importação, que, aliados à capacidade ociosa das indústrias já existentes, resultaram em um panorama propício à substituição de importações, como referido anteriormente.

Contudo, não se pode ignorar a criação de inúmeros órgãos ligados diretamente à indústria, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; Departamento Nacional do Trabalho, em 1931; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934, e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937 (FONSECA, 2014).

Iniciava-se, em 1937, o período conhecido como Estado novo, que durou até 1945, ciclo em que Vargas governaria com plenos poderes. Retomando às características corriqueiras deste governo, as ações governamentais pró-desenvolvimentistas de Vargas, foram respaldadas pelo uso frequente do

intervencionismo e fomentaram projetos na área industrial, incentivo a policultura e à legislação do trabalho¹⁰ (FONSECA, 2014).

Em termos mais gerais, pode-se detectar a materialização do intervencionismo na criação de inúmeros órgãos, conselhos e departamentos na esfera estatal. Resumidamente, entre 1938 e 1945 criou-se o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Voltados à indústria, e lembrados abaixo na análise departamental, foram criadas a Fábrica Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) (FONSECA, 2014).

Os rumos da economia brasileira, como uma economia capitalista que almejava o crescimento industrial, é discutido por alguns autores sob a ótica da análise departamental, em que os setores ou departamentos da economia seriam dois: (a) departamento I, produtor de bens de produção; e (b) departamento II, que seria ainda subdividido em bens de consumo capitalista (de luxo ou bens duráveis) e bens de consumo dos trabalhadores, ou seja, simples ou não durável (LACERDA et al., 2001).

Este tipo de análise pode ser observado no contexto brasileiro, tendo em vista que no governo Vargas, houve a tentativa de implementação do departamento I em nossa economia. De acordo com Lacerda et al. (2011), a partir da década de 1950, os chamados departamentos I e II começaram a assumir relevância no conjunto da produção industrial brasileira, com a tentativa de Vargas em implantar as bases de uma indústria pesada no país.

Em particular, a partir da criação de empreendimentos estatais, como a criação da Petrobrás, início das operações da Companhia Siderúrgica Nacional e com menor impacto, a Companhia Vale do Rio Doce, dentre outras ações, foram algumas tentativas do governo Vargas em alavancar o processo de industrialização.

Para tanto, os projetos de infraestrutura foram assistidos pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE), possibilitando a execução de muitos deles. Como resultado, confirmou-se nos últimos anos do governo Vargas, o favorecimento da indústria em detrimento à agricultura, como se pode verificar abaixo

¹⁰ O surgimento da legislação do trabalho será abordado na próxima seção.

na tabela 3. O que não figurou um abandono as causas agrícolas, como ele próprio defendeu em algumas ocasiões.

De acordo com Fonseca (2014), as taxas anuais de crescimento do produto real¹¹, foram em média, superiores às da agricultura. Com exceção ao ano de 1952, em que o crescimento da agricultura foi superior ao da indústria. O crescimento da agricultura acima do esperado, em parte pode ser explicado pela expansão de crédito agrícola pelo Banco do Brasil naquele ano, conjuntamente com o incentivo do governo aos agricultores, a chamado “batalha de produção agrícola”¹². Todavia, um ponto a ser destacado era a magnitude das taxas do setor industrial e da economia como um todo no referido ano.

TABELA 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS DO PRODUTO REAL SEGUNDO SETORES DA PRODUÇÃO: BRASIL, 1950-1954 (%)

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total: Produção Real
1950	1,5	11,03	7,1	6,5
1951	0,7	6,4	9,9	5,9
1952	9,1	5,0	10,8	8,7
1953	0,2	8,7	0,0	2,5
1954	7,9	8,7	13,3	10,1

FONTE: Adaptado de Fonseca (2014).

Em agosto de 1954, Vargas proferiu seu último discurso na inauguração das Usinas Siderúrgicas Mannesmann, em Minas Geais. Já em meio a crise, reuniu-se com representantes do seu ministério em 23 de agosto de 1954, no intuito de buscar alguma solução. No dia seguinte ocorre seu suicídio, causando grande comoção popular (FONSECA, 2014). Contudo, ao decorrer dos seus mandatos, deixou grandes contribuições nas esferas econômicas e sociais.

O seu vice-presidente, Café Filho, assumiu o governo após o suicídio de Vargas. Mesmo em um curto período de duração (1954/55), sua gestão foi marcada por políticas econômicas lideradas por um dos seus Ministros da Fazenda, Eugênio Gudin, consideradas opostas às de Vargas, como a Instrução 113 da SUMOC, “que permitia as empresas estrangeiras instaladas no país importar máquinas e

¹¹ Vide tabela 3.

¹² Ação do governo Vargas que promoveu e autorizou a importação de máquinas agrícolas e a retomada da produção de tratores (Fonseca, 2014).

equipamentos sem cobertura cambial” (LACERDA et al., 2001, pg. 85). Instrução esta que, posteriormente, seria um dos principais instrumentos de entrada de capital estrangeiro no país, durante o governo de JK.

Com a implementação do Plano de Metas, o governo JK tinha como principal objetivo estabelecer as bases de uma economia industrial mais madura no Brasil, com um aprofundamento do setor de consumo de bens duráveis, como a indústria automobilística (Gremaud, et al., 2009).

Conforme Lacerda et.al. (2001), no governo JK houve um crescimento industrial que estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital privado estrangeiro e, em menor parte, pelo capital privado nacional. Assim sendo, destacaremos o importante papel do investimento direto externo (IDE) no processo de industrialização da economia brasileira.

Este tema foi tratado por diversos autores, como Marcelo Curado (2008), que se utiliza de uma periodização desse processo, a partir da proposta de Tavares (1975, apud CURADO, 2008) e Mello (1982, apud CURADO, 2008). Os períodos destacados são os seguintes: 1- crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933)¹³; 2- industrialização restringida (1933-1955) e 3- industrialização pesada (1955-1980). Embora o autor percorra o assunto centrado na análise da evolução do IDE, durante o processo de industrialização brasileiro, nos reportaremos apenas alguns elementos desse processo no que tange o desenvolvimento das atividades industriais.

De acordo com Curado (2008), houve um intenso processo de crescimento de atividades industriais no Brasil entre 1933 e 1955, sobretudo até o início da segunda guerra mundial, processo marcado por um processo de diversificação de atividades industriais. Podemos constatar na tabela 2, mesmo se referindo exatamente à mesma cronologia, que o comportamento do produto industrial acompanha esse progresso, apresentando um crescimento considerável.

A América Latina (AL) passou a receber um aumento das participações dos investimentos externos. Os dados da ONU (1965) “apontam para um crescimento de 28,4% nos IDEs norte americanos entre 1929 e 1950, o que contrasta com a performance britânica de redução de 60% nos investimentos neste período”

¹³ O referido período não será abordado, pois está fora do recorte cronológico da pesquisa.

(CURADO, 2008, p.415). O autor ressalta que, particularmente no Brasil, após 1937, houve um aumento relativo no número de subsidiárias estrangeiras, com destaque para os investimentos nos setores de produtos metálicos, minerais e não metálicos (cimento e vidro), papel, indústrias químicas em geral, tecidos sintéticos, em meio a outros.

Conforme Curado (2008, p.417), pode-se dizer que o período de industrialização restringida, apesar de apresentar um crescimento dos IDEs, “desempenhou um papel secundário nessa fase do processo de industrialização brasileiro comparavelmente à importância do capital privado e estatal de origem nacional”. Contudo, mesmo que haja um consenso na literatura sobre o crescimento dos fluxos dos IDEs em atividades industriais, particularmente entre 1943 e 1955, os montantes não foram suficientes para mudar os padrões de estoque de IDE no país até início da década de cinquenta.

No decênio seguinte, o investimento direto externo continuou a crescer, mas agora em proporções muito maiores. Entre 1951 e 1960 os fluxos de IDE mais que triplicaram, passando de US\$334 milhões em 1950, para US\$1,1 bilhão. A partir de então os volumes continuaram aumentando, alcançando um estoque de US\$9,6 bilhões em 1979, segundo dados do Banco Central. Um aumento extraordinário do capital estrangeiro na sua forma produtiva, inseridos na economia brasileira (Curado, 2008).

O que chamou atenção tanto quanto o crescimento dos IDEs, foi a concentração setorial desses investimentos. Em 1979, em torno de 77,3% do estoque total concentrava-se em atividades da indústria de transformação, enquanto apenas 2,3% na indústria extrativa mineral e 0,5% na agricultura (CURADO, 2008, p.418).

Inseridos neste novo padrão, a indústria pesada, em particular as que constituíam o eixo dinâmico do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico e as chamadas *commodities* industriais, foram amplamente beneficiadas em face das indústrias tradicionais (CURADO, 2008). Autores como Maria da Conceição Tavares ([1972], 2011) destacaram por diversas vezes a importância do IDE na industrialização brasileira, tal qual o processo de substituição de importação, como visto na seção anterior.

Nesse sentido, o Plano de Metas de JK foi estimulado pelo PSI, inserido em um contexto de dominância de empresas multinacionais (EMN), com grande presença de capital estrangeiro (LACERDA et al., 2001). De modo geral, mesmo com a queda do

ritmo de crescimento industrial em 1962, o capital externo propiciou o avanço da industrialização brasileira e o crescimento do produto industrial, como já destacamos.

Porém, diferente do que se tinha visto nos anos cinquenta, partir de 1962 até 1967, a economia brasileira desacelerou. Em 1964 a inflação havia atingido uma taxa anual de 90%. O conturbado momento histórico, conjuntamente com os crescentes problemas econômicos e políticos, culminaria em um golpe militar naquele mesmo ano.

Os anos se seguiram com plano de estabilização econômica e mudanças institucionais. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha dentre suas principais metas a redução déficit público e da inflação, além de ações para conter os aumentos salariais e restrição do crédito (LACERDA et. al., 2001; GREMAUD, 2009). Com isso, conforme Gremaud (2009, p.384), “as reformas do PAEG alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-se às necessidades de uma economia industrial”.

O crescimento econômico era o objetivo principal do governo, o que direcionava suas diretrizes. Para tanto, os investimentos deveriam ocorrer em setores diversificados, com pouca participação do Estado. Isso posto, se iniciaria o período do chamado “milagre econômico”, entre 1968-1973; segundo Gremaud (2009), caracterizado pelas maiores taxas de crescimento do PIB brasileiro na história recente e com destaque para o produto industrial, como mencionado anteriormente no gráfico 1 e tabela 2, respectivamente.

Todavia, o crescimento econômico rápido, em conjunto com a ocupação da capacidade produtiva ociosa durante os anos do Milagre, resultou no aparecimento de alguns desequilíbrios, gerando problemas na balança comercial e pressões inflacionárias (GREMAUD et al., 2009). Internamente, o Brasil enfrentava também uma crise política. Além disto, o cenário econômico mundial nos anos 1970, principalmente a partir do primeiro choque do petróleo, afetou o ciclo expansionista econômico, reduzindo ainda mais as opções do crescimento brasileiro.

O governo lançou o II PND ao final de 1974, com meta de manter um crescimento econômico em torno de 10% a.a., e buscando um crescimento industrial acima disso. Como ressalta Gremaud et al. (2009), há a ocorrência de profundas mudanças estruturais na economia entre 1974/79. Os setores que apresentaram maior crescimento foram o de papelão com 50%, material elétrico com aumento de 49%, químico com 48% e metalúrgico com 45%. Crescimentos acima dos setores de

material de transporte e indústria têxtil, com 28% e 26% de crescimento respectivamente, mostrando novamente um redirecionamento na atividade industrial.

No entanto, para manter a realização do II PND, houve um grande aumento nos gastos do governo, dentre outras implicações, visto que o financiamento de grande parte dos programas do plano, estavam atrelados à empréstimos externos. A dívida externa crescia, assim como a inflação. Em 1979 ocorreu o segundo choque do petróleo, elevando as taxas de juros e iniciando a crise cambial. No âmbito político, esse período ainda foi marcado pela passagem do governo Geisel para Figueiredo.

De acordo com Campos (2013, p.112), “o Brasil não adotou nenhuma política industrial, e o setor, desde então, começou a perder participação na formação do PIB”. Dessa forma o Brasil caminhava a passos rápidos para os anos de 1980, a “década perdida”, aprofundando-se na crise e na estagnação do crescimento econômico, que há tempos o governo militar tentava conter.

4. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO

Ao tratarmos da evolução do emprego¹⁴, devemos resgatar o fato do Brasil, entre 1930 e 1970, ter assumido a posição de um dos países mais dinâmicos quanto ao crescimento da produção em nível mundial. Em 1980 o país passaria a ser considerado a oitava economia do mundo (POCHMANN, 2014). As mudanças ocorridas neste período com relação ao trabalho¹⁵ e o emprego¹⁶ foram de enorme significância, com impactos até os dias atuais.

Conforme Pochmann (2014, p.23), “com a transição de uma antiga sociedade agrária para urbana e industrial tornou-se possível o estabelecimento da base material pela qual pôde percorrer o processo de modernização do trabalho no país”.

O Brasil possuía nos primeiros decênios do século XX uma reserva de mão-de-obra, que “reforçada pelo fluxo imigratório, permitiu que a economia cafeeira se expandisse durante um longo período sem que os salários reais apresentassem tendência de alta” (FURTADO, [1959], 2005, p.162).

Os empresários do café se encontravam em uma situação confortável com relação à mão-de-obra existente no período, pois não eram pressionados por aumento salariais. O aumento dos salários médios era reflexo da transferência da força de trabalho da subsistência para a economia agroexportadora (FURTADO, 2005). Dessa forma, o interesse dos empresários pousava em reinvestir seus lucros obtidos pela variação dos preços do café, expandindo suas plantações.

No entanto, a classe trabalhadora começaria a se modificar. De acordo com Lacerda et al. (2001, p.58), “a primeira etapa de formação do sistema capitalista no Brasil, foi concluída, basicamente, já no fim da Primeira Guerra Mundial”. Todavia, haviam registros de greve já em 1903. Em 1908, com elementos anarco-sindicalistas,

¹⁴ Utilizaremos uma interpretação mais ampla ao discorrermos sobre a evolução do emprego. Trataremos do emprego e trabalho, mão-de-obra e classe trabalhadora como termos equivalentes, visto que o objetivo principal da seção é avaliar a evolução da ocupação dos indivíduos no Brasil. O tratamento da equivalência dos termos, se dará, embora não se tratem de sinônimos, considerando que são termos correlatos, encontrados na literatura utilizada neste trabalho.

¹⁵ Dentre as definições de trabalho, podemos citar o *trabalho assalariado*, “típico do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário” (SANDRONI, 1999, não paginado).

¹⁶ “Em sentido mais amplo, é o uso do fator de produção por uma empresa” (SANDRONI, 1999, não paginado).

foi criada a Confederação Operária Brasileira. Mais adiante, em 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro.

As mudanças mais significativas com relação ao emprego, ocorrem a partir do primeiro governo Vargas. Antes de 1930, existiam algumas leis sociais, mais específicas à determinadas categorias. A partir de então, ocorrem as mudanças institucionais mais relevantes, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930. Do mesmo modo, em 1932, foi criado o maior símbolo do emprego formal, a carteira do trabalho (FONSECA, 2003).

Considerada a marca do primeiro governo Vargas, a legislação trabalhista, trouxe consigo algumas polêmicas. Ao mesmo tempo em que pode ser vista como uma melhoria da “questão social” dos trabalhadores, a criação da legislação do trabalho, também foi apontada como de caráter autoritário. Levantou questionamentos com relação a uma possível anulação das lideranças dos trabalhadores ocorridas antes de 1930 e da autonomia sindical (FONSECA, 2014).

O caráter histórico da evolução do emprego, em sua forma mais ampla possível, se segue com todas essas transformações. Mesmo não sendo propriamente inovações do governo Vargas, a legislação trabalhista pós 1930, tendo o Estado como ator principal deste processo, estabeleceu uma nova forma de relações entre trabalho e capital, diferente da existente antes.

Dessa forma, com o Estado começando a se voltar para políticas nacional-desenvolvimentistas, possibilitou uma grande transformação do trabalho. Em decorrência da expansão produtiva, houve uma estruturação do mercado de trabalho no que se refere ao emprego assalariado formal (POCHMANN, 2014).

No período de 1930 a 1980, por exemplo, a renda *per capita* do brasileiro cresceu 3,3% ao ano, em média, enquanto entre os anos de 1880 e 1930 a renda por habitante havia aumentado somente 0,6% como média anual. Durante meio século da industrialização nacional, a renda do brasileiro cresceu 5,5% vezes mais que nos cinquenta anos de predomínio da sociedade agrária precedente (POCHMANN, 2014, p.26).

Os trabalhadores, que durante longos períodos se concentravam nos trabalhos do campo, começaram a ocupar os postos de trabalho nas indústrias. Todavia, a agricultura continuou a exercer um importante papel no processo de industrialização. Nesse sentido, ressaltamos a transferência de mão-de-obra dos setores da agricultura para as indústrias (GREMAUD, 2009). No entanto, essa transferência não ocorreu totalmente, considerando o próprio caráter agrícola dominante na economia brasileira.

Entre 1940 e 1980, observa-se a expansão de uma classe trabalhadora assalariada, concentrada nos centros urbanos, irradiando-se de maneira seletiva a partir de São Paulo e do Sudeste em direção ao Sul, para chegar ao Norte e Nordeste nos anos 1960 e 1970 (BARBOSA, 2016, p.18).

Em relação ao aumento da oferta de trabalho, pode-se observar o crescimento geral das curvas da PEA (população economicamente ativa)¹⁷ agrícola e não agrícola. Logo, se destaca o *boom* de crescimento com relação ao PEA não agrícola, que, entre 1940 e 1980, salta de 5 milhões de trabalhadores, para 30 milhões (Barbosa, 2016, p.19).

No que diz respeito ao trabalho agrícola, observamos uma particularidade com relação a quantidade de pessoas exercendo trabalhos de forma autônoma em atividades agrícolas. O número de trabalhadores nessas atividades de forma autônoma é crescente no período analisado. Inclusive, não é superada pelos empregados em nenhuma das cinco décadas analisadas na tabela 4¹⁸.

TABELA 4 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA: TRABALHADORES EMPREGADOS E AUTÔNOMOS (1000 PESSOAS) – 1940 ATÉ 1980

Ocupação	1940	1950	1960	1970	1980
Total	11.313,5	13.544,4	18.872,2	26.278,5	38.615,5
Empregados	6614	8.667,2	10.984,8	16.283,5	28.069,6
Autônomos	4.699,5	4.877,2	7.977,4	9.995	10.545,90
Atividades agrícolas	6.812,1	7.266,3	8.921,9	10.300	10.312,2
Empregados	3.277,8	3.551,5	3.218,3	3.329,9	4.841,4
Autônomos	3.534,3	3.714,8	5.703,60	6.970,1	5.470,8
Atividades não agrícolas	4.501,4	6.278,1	9.951,3	15.888,5	28.303,3
Empregados	3.336,2	5.115,7	7.677,5	12.863,6	23.228,2
Autônomos	1.165,2	1.162,4	2.273,8	3.024,9	5.075,1

FONTE: Adaptado de IBGE (1990).

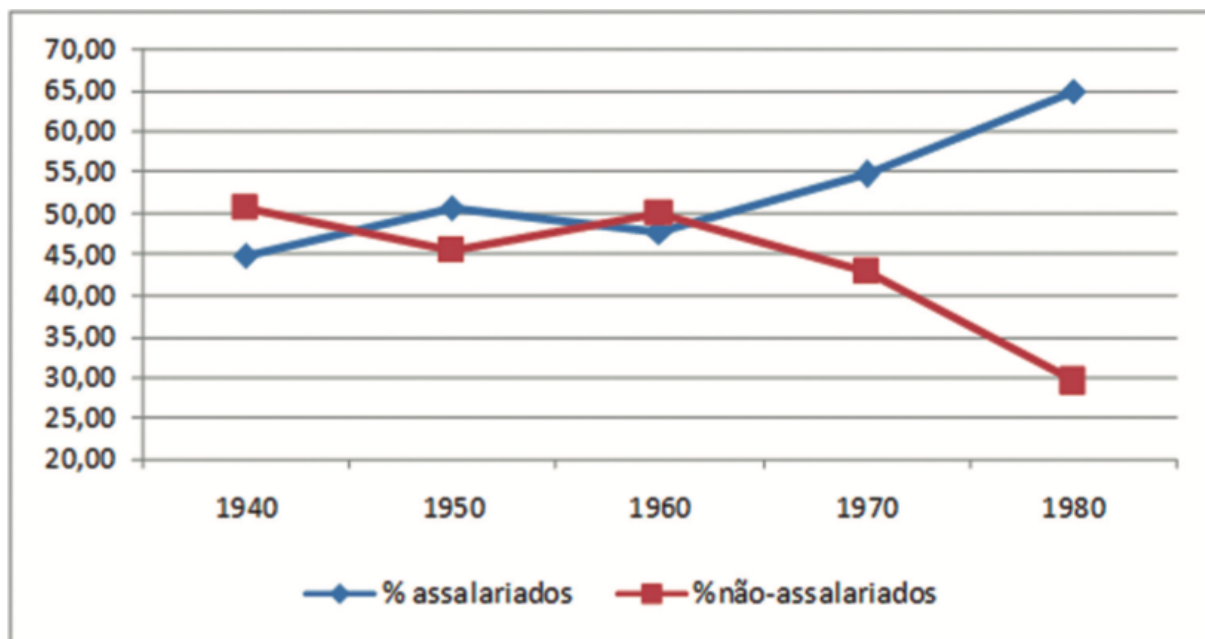
No que tange o trabalho assalariado, a partir de 1960 ocorre um salto na taxa de assalariamento, chegando a 65% dos trabalhadores ocupados em 1980, enquanto em 1940 a taxa estava em 45% (vide gráfico 2). Logo, “a participação dos não

¹⁷ De acordo com IBGE (1990), a população economicamente ativa (PEA), faz parte de um subconjunto da população de se engaja em atividades econômicas.

¹⁸ Tabela 4 considera trabalhadores empregados e autônomos.

assalariados cai para cerca de 30% dos ocupados, mas com diferenças importantes entre áreas rurais e urbanas (BARBOSA, 2016, p21).

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DOS ASSALARIADOS (COM E SEM CARTEIRA) E DOS NÃO ASSALARIADOS (SOMA DOS AUTÔNOMOS E DO GRUPO “MEMBROS DA FAMÍLIA”) NO TOTAL DE OCUPADOS NO BRASIL, 1940 A 1980 (EM %)



FONTE: Barbosa, 2016 (p.21). Adaptados de Censos Demográficos.

Contudo, vale ressaltar que, durante o processo de expansão industrial que nos referimos ao longo da pesquisa, também ocorreu um aumento da desigualdade social. Os motivos para tal “vão desde o aumento das populações marginais nas cidades até os desníveis de renda da população ocupada no setor mais atrasado, o primário, em relação ao setor mais desenvolvido, o secundário” (TAVARES, 2011, p.134).

Com relação ao emprego industrial existente no período analisado, é a mão de obra empregada na indústria de transformação. Mesmo ocupando o patamar de setor de mais alta produtividade no período, não foi capaz de absorver grandes quantidades de mão-de-obra (TAVARES, 2011).

O que nesse caso, pode ser explicado em partes na dinâmica do processo de substituição de importações, que pela própria natureza da indústria, com altas densidades de capital e/ou com a introdução de técnicas poupadoras de mão de obra. De tal modo, somada à ocorrência de concentração econômica (TAVARES, 2011).

Outras mudanças ocorreram com relação ao emprego a partir da crise dos anos de 1960. Podemos destacar que, com a instauração do governo militar, e a criação do PAEG, algumas medidas afetaram diretamente a classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos citar a criação de uma política salarial, com reajustes determinados pelo governo, que resultou em grande redução do salário real.

Da mesma forma, com a reforma tributária realizada pelo plano, continuaram as mudanças, como o surgimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social), que vieram para substituir a estabilidade no emprego e a participação no lucro (GREMAUD, 2009).

Assim sendo, o importante a se destacar é que a questão social não acompanhou os avanços econômicos brasileiros. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (1976), explanam sobre o final da consolidação e nacionalização do mercado de trabalho brasileiro, bastante influenciado pela dinâmica rural, como mencionamos anteriormente. “Em 1976, apenas um terço dos trabalhadores do Brasil rural eram assalariados, e a cada três assalariados, dois não possuíam carteira de trabalho” (BARBOSA, 2016, p.21).

Portanto, fica clara a modernização alcançada no que tange o emprego, com a ampliação das leis trabalhistas e o crescimento do trabalho assalariado entre as décadas de 1930 e 1980, evoluindo de forma crescente no período analisado.

5. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os anos posteriores à Grande Depressão de 1929 até o período de 1945, representou no Brasil, segundo Cano (2015), uma ruptura com um passado político liberal e com uma política econômica livre-cambista, passando por uma mudança profunda no Estado Nacional que se tornaria fortemente intervencionista. O Brasil largou na frente de países como Venezuela e Equador no enfrentamento da crise, ao lançar mão políticas estatais de defesa de renda, emprego e industrialização (CANO, 2015, p.446).

No entanto, as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo também apresentaram mudanças significativas entre 1930 e 1980, assim como nos outros aspectos econômicos já mencionados nas seções anteriores. As transformações no comércio internacional¹⁹, começam a ser vistas principalmente no pós-guerra. No entanto, o “início dos combates na Europa no final de 1939 marcou uma importante ruptura nos padrões de comércio, produção e relações internacionais do Brasil, após uma década de intensas transformações produtivas” (GIAMBIAGI et.al, 2005, p.310).

De forma geral, o desenvolvimento do comércio internacional, “depende basicamente do nível dos termos de intercâmbio (ou relações de troca), que se obtém comparando o poder aquisitivo de dois países que mantenham comércio entre si (SANDRONI,1999, não paginado).

De acordo com Silva (2003), a partir da Revolução de 1930, com a ascensão do Governo Vargas, começariam mudanças com relação ao papel do Estado na economia com a implementação da chamada política Nacional-Desenvolvimentista. Mudanças, que refletiriam em um novo momento de desenvolvimento da política de comércio exterior brasileira entre 1945 e 1979.

Dessa forma, para a promoção da industrialização e continuidade do PSI, seria necessário ressaltar o comércio exterior, com objetivo de promover a modernização interna. Já no Governo Provisório, o Brasil “passou a intercambiar seus produtos primários por máquinas e equipamentos para tocar a industrialização”. Além disso, a cooperação do Brasil para com os Estados Unidos na Segunda Guerra, trouxe

¹⁹ “Intercâmbio de bens e serviços entre países, resultante de suas especializações na divisão internacional do trabalho” (SANDRONI, 1999, não paginado).

benefícios como créditos para exportação, financiamento para outros mercados adquirem os tecidos brasileiros, facilitadores para entrada de IDE, etc. (SILVA, 2003, p.41).

Contudo, terminada a Segunda Guerra, os norte-americanos – que durante a década de 1930 apoiaram o Brasil nas iniciativas econômicas e de desenvolvimento industrial –, migraram suas relações de comércio para a Europa e Ásia. Nesse meio tempo, aconteceria o acordo de Bretton Woods²⁰, que teria no Brasil o governo Dutra como defensor dos valores disseminados pelo acordo. De tal modo que foi neste governo que surgiu novamente a ameaça de um retorno do liberalismo econômico, entre 1946 e 1950 (CANO, 2015).

Sob a luz das decisões das autoridades monetárias, o Decreto de lei 9.025 em 1946, concederia liberdade total ao mercado de câmbio e às operações comerciais e financeiras no exterior. Este decreto tinha por objetivo as demandas necessárias à industrialização; fazer política anti-inflacionária reduzindo as reservas em dólares por meio de saldo negativo na balança comercial, estimular novos ingressos de capitais privados, dentre outras ações (SILVA, 2003).

Todavia, as volumosas reservas cambiais existentes no pós-guerra, eram em grande parte “constituídas por moedas inconvertíveis, e, por isso, tínhamos condições fortemente deficitária em dólares” (CANO, 2015, p.449). Logo, em consequência da implementação do decreto, “em pouco mais de um ano as reservas brasileiras desapareceram” (SILVA, 2003, p.42; BENATTI, 2010).

Buscando equilibrar a balança de pagamentos, foi adotado em 1947 um regime de controle de câmbio com licenciamento de importações. Dessa forma o governo poderia controlar tanto o volume, tanto o tipo de importações, favorecendo as indústrias nacionais (BENATTI, 2010).

Entre 1947 e 1953, um sistema de licença foi utilizado para controlar o nível e a estrutura das importações no Brasil, sendo as divisas distribuídas a partir do seguinte sistema de prioridades: “ (i) produtos de absoluta essencialidade;

²⁰ Conferência Monetária de Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, EUA (SANDRONI, 1999, não paginado). “O Sistema de Bretton Woods consagrou um sistema de gestão de taxas de câmbio chamado padrão dólar-ouro, o qual procurava flexibilizar o chamado padrão-ouro, que era base do sistema monetário internacional anterior à Primeira Guerra Mundial”. O ouro ainda se constituía em um ativo de reserva; a relação entre o dólar e o ouro foi estabelecida em 35 US\$ por onça de ouro (GREMAUD *et. al.*, 2009, p.520).

(ii) produto de relativa essencialidade; (iii) produtos de eventual ou imediata conveniência”²¹.

O sistema de licenças permaneceu com poucas variações até 1961. Nele, as disponibilidades de câmbio eram aplicadas de acordo com as categorias e foi um grande estímulo a industrialização, mesmo não sendo uma política executada de forma explícita. Os mecanismos utilizados pelo governo Dutra, serviram para outros governos acionarem o Nacional-Desenvolvimentismo posteriormente (SILVA, 2003).

No entanto, a partir de 1951, com o retorno de Vargas, houve um relaxamento da política de concessão de licenças durante os primeiros meses, o que acarretou em um aumento brusco nas importações e em uma queda nas exportações, resultando em uma crise cambial em 1952.

Logo, em 1953, o “Congresso aprovou a Lei nº2.004, que instituiu o monopólio estatal da pesquisa, exploração e lavra de petróleo, com a fundação da Petrobrás”, o que causou atritos entre o Brasil e os Estados Unidos. Dessa forma, com as pressões Norte-Americanas e dificuldades no balanço de pagamentos, o governo brasileiro se vê novamente forçado a alterar o sistema cambial. Com a execução da Instrução 70²² da SUMOC, conseguiram elevar as exportações no último trimestre em 34,2%. O que não impediu uma nova crise cambial (SILVA, 2003, p.45).

Com a posse de Café Filho após o suicídio de Vargas, foi implantada outra instrução de grande impacto no comércio internacional brasileiro, a de nº 113 da SUMOC, buscando sanar os problemas na no balanço de pagamentos. Esta nova instrução anularia os efeitos da instrução anterior, instituindo um regime de privilégio ao capital estrangeiro, em especial o norte-americano. O Governo de Café Filho seguiu nessa linha com relação à política econômica externa, privilegiando não só os EUA, mas também alguns países europeus, através do sistema de pagamentos multilaterais (SILVA, 2003).

Aconteceram alguns embates ideológicos com relação aos tipos de medidas citadas, por parte dos setores nacionalistas. Nesse sentido, se opondo as atitudes de

²¹ SILVA, 2003, p.43.

²² A Instrução 70 da Sumoc, consistia em negociar Promessas de Venda de Câmbio, resgatadas em pregão público e que garantiam direitos aos importadores na aquisição de câmbio. Aos exportadores, o direito à pauta mínima. Essas medidas encareceram os bens de produção importados, estimulando a produção de similares pela indústria local (SILVA, 2003).

Café Filho, Juscelino Kubitschek venceu o pleito eleitoral em 1955, firmando compromisso com políticas desenvolvimentistas e com o setor público.

As preocupações do novo governo com relação a deterioração dos termos de troca, já eram sentidas no ano anterior à posse de JK, com a queda nas exportações do café. De acordo com Gremaud et. al. (2001, p.18), em termos históricos, até 1960, é notada a presença de um padrão cíclico e não constante, nos termos de troca nacionais, determinados sobretudo pelo comportamento dos preços internacionais do café. Após esse período, as oscilações se tornam menos evidentes, principalmente devido à diversificação das pautas de importação e exportação e aos choques do petróleo nos anos de 1970 e 1980²³.

Podemos observar na tabela 5, uma melhora nos índices dos termos de troca entre as décadas de 1950 e 1960, assim como um considerável crescimento da capacidade de importar²⁴ a partir da década de 1950 e que se mantém até 1980.

TABELA 5 - ÍNDICES DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: 1930-1980 (ANOS)

Ano	Exportação			Importação			Termos de troca	Capacidade de importar
	Índice de valor (US\$)	Índice de quantum	Índice de preço implícito	Índice de valor (US\$)	Índice de quantum	Índice de preço implícito		
1930	0,7	11,1	6,2	0,5	5,2	8,8	70,4	7,8
1940	0,5	13,7	4,0	0,4	5,3	7,6	51,8	7,1
1950	2,9	11,8	24,8	1,9	10,0	18,7	132,8	15,6
1960	2,7	12,5	21,9	2,6	11,9	21,8	100,4	12,5
1970	5,9	19,3	30,5	5,0	18,6	27,1	112,8	21,8
1980	43,3	46,2	93,7	46,0	39,0	118,2	79,3	36,6

FONTE: Adaptado de IBGE (1990).

Na dificuldade em manter as exportações tradicionais e manter os investimentos necessários ao processo de substituição de importações, JK lançou em 1958 a Operação Pan-Americana (OPA), buscando angariar recursos em larga escala para projetos de desenvolvimento na América Latina. Assim sendo, a política exterior do Brasil para com a AL passou a ser regida pela OPA. Por conseguinte, iniciaram as

²³ A partir da realização de diversos testes estatísticos, estimou-se um modelo com tendências estocásticas e de múltiplas quebras, em que pôde ser aceito a tese de que haveria uma deterioração sistemática dos termos de troca do Brasil entre 1850 e 2000 (GREMAUD et. al., 2001, p.19).

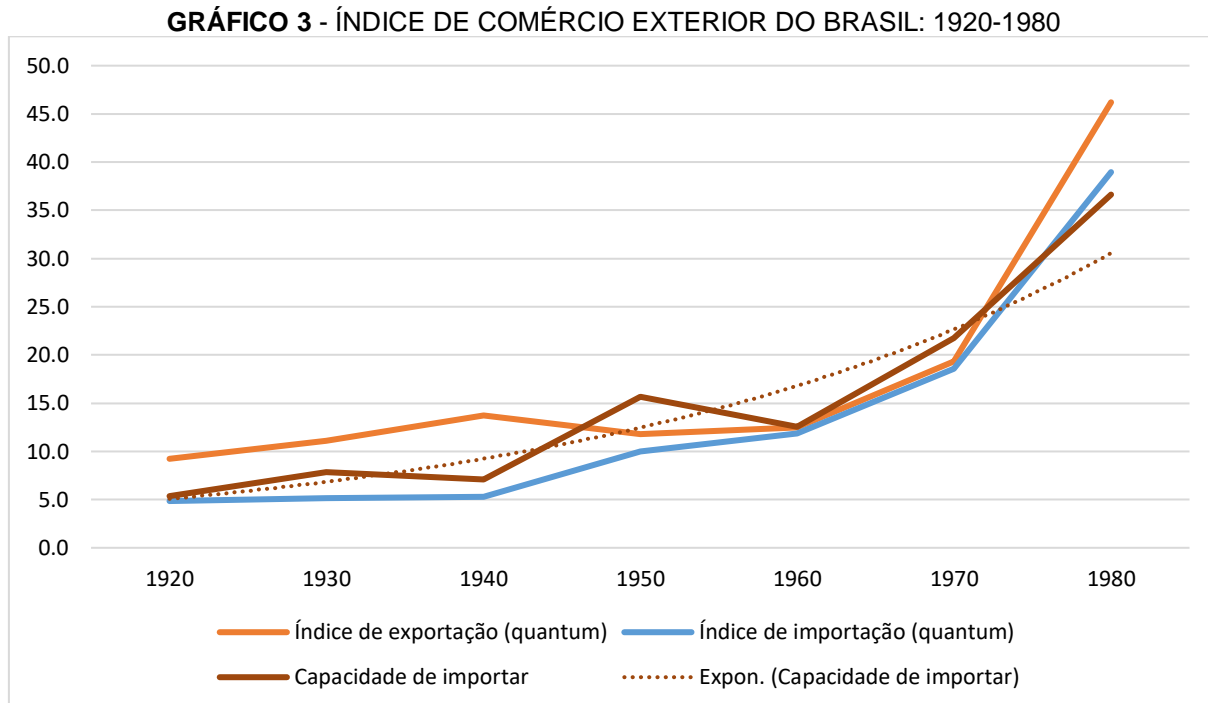
²⁴ "Capacidade medida pela razão entre o valor das exportações (preço x quantidade) e o preço das importações" (SANDRONI, 1999, não paginado).

negociações para uma zona de livre comércio, que resultou na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (SILVA, 2003).

Dessa forma, a OPA fez emergir na diplomacia brasileira características modernas e multilaterais, enxertando no pensamento e na linguagem diplomática os conceitos cepalinos de centro-periferia, desenvolvimento desigual, deterioração dos termos de intercâmbio, industrialização, cooperação econômica e integração regional²⁵.

As exportações brasileiras historicamente apresentaram crescimento. Como pode ser observado no gráfico 3, o índice *quantum* de exportações esteve durante todo o período, entre 1930 e 1980, acima do *quantum* de importações. De acordo com Silva (2003, p.56), o volume físico exportado dobrou entre 1967 a 1973, assim como os termos de troca, que evoluíram favoravelmente no mesmo período, resultando em um aumento de preços de exportações de 77,2%.

A partir da década de 1970, tanto os índices de importação e exportação (ambos em *quantum*)²⁶, apresentaram um crescimento ainda mais relevante. Com relação à capacidade de importar, a mesma apresentou uma forte tendência de crescimento a partir de 1960.



FONTE: Adaptado de IBGE (1990).

²⁵ SILVA, 2003, p.50.

²⁶ Gráfico 3.

Essas modificações foram observadas a partir de uma nova ótica de comércio internacional, em que foram implantadas no Brasil estratégias de desenvolvimento. Tais estratégias, tiveram como base, as teses de “Hans Singer e Raul Prebisch, que mostrou a deterioração histórica das relações de troca dos países produtores de matérias-primas, ressaltando a necessidade de diversificar a pauta de exportação dos países” (SILVA, 2003, p.53).

Dessa forma, foi dada ênfase aos produtos com maior valor agregado, buscando a expansão do comércio internacional, de modo que resultasse em um modelo que poderia ser chamado de complementar ao PSI, ou seja, o Modelo Substitutivo de Exportações²⁷. Logo, entre 1961 e 1979, a política externa brasileira realizou várias ações visando a continuidade do crescimento econômico.

Conforme Silva (2003, p.54), o comércio exterior brasileiro em 1961 apresentou características singulares, em que a expansão das exportações de manufaturados pode ser justificada “por meio de três fatores: 1 - o programa de minidesvalorização cambial; 2 - aumento da produção industrial; 3 - enfraquecimento do consumo interno de produtos manufaturados e o conseqüente desvio para o mercado externo”. Contudo, o terceiro item se contrapõe ao fato da produção de manufaturados para consumo interno ter crescido em torno de 12% naquele ano.

Muitas dessas medidas buscavam a obtenção de recursos externos, em sua maioria provenientes dos países de primeiro mundo. De modo que, na procura de mercado para seus produtos manufaturados, recorriam aos países de terceiro mundo (SILVA, 2003).

Entre os anos de 1967 a 1974, o governo fortaleceu sua política de comércio exterior buscando o aproveitamento máximo de oportunidades na área. Com base em três objetivos básicos²⁸, em particular o estímulo das exportações, alcançou-se um ótimo resultado²⁹. De 1974 a 1979, a parcela dos produtos manufaturados na pauta

²⁷ A partir de 1961, “o parque industrial implantado no Brasil já havia cumprido sua função original e pressionava mercados externos, permitindo uma maior flexibilização da política de comércio exterior”. Assim sendo, o aumento das exportações passou a ser visto como um canal de desenvolvimento, com o comércio exterior assumindo um novo papel de destaque, ou seja, o novo modelo chamado de Substitutivo de Exportações (SILVA, 2003, p.52).

²⁸ “1- Estímulo à entrada de capitais estrangeiros; 2- estímulo à promoção das exportações de manufaturados; 3- liberação progressiva das importações (SILVA, 2003, p.56)”.

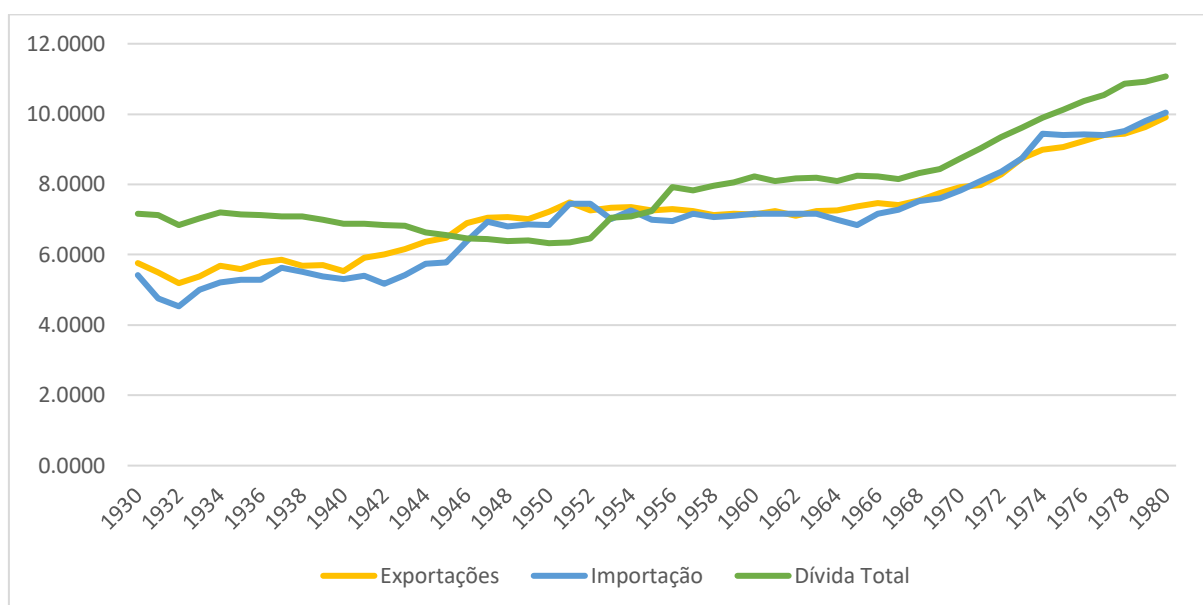
²⁹ “A participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação passou de 7,2%, em 1965, para 29,8 em 1974” (SILVA, 2003, p.56).

de exportações continuou a crescer³⁰. De acordo com Bonelli (2005), o endividamento externo do período de 1974 a 1978, buscava postergar os custos dos ajustes macroeconômicos e obteve êxito em manter temporariamente o crescimento do consumo e dos investimentos públicos e privados.

Entretanto, a utilização por mais de uma década da estratégia de crescimento com endividamento externo, asseguradas nas exportações e reservas acumuladas, estaria fadada ao fracasso – visto que a economia do país já se encontrava fragilizada economicamente em virtude dos choques externos. Dessa forma, foram inevitáveis as perdas de reservas, considerando que parte delas eram de “liquidez nula ou qualidade duvidosa” (BONELLI, 2005, p.316).

A evolução da dívida externa brasileira pode ser observada no gráfico 4, em que fica evidente seu crescimento, principalmente a partir da década de 1970, momento em que se intensificam as ações do governo para com o comércio exterior. A dívida externa em milhões, saltou de US\$17.165 em 1975 para US\$49.904 em 1979³¹.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E DÍVIDA EXTERNA (EM LOGARITMO, EM US\$ MILHÕES – DADOS DE COMÉRCIO E MERCADORIAS FOB)



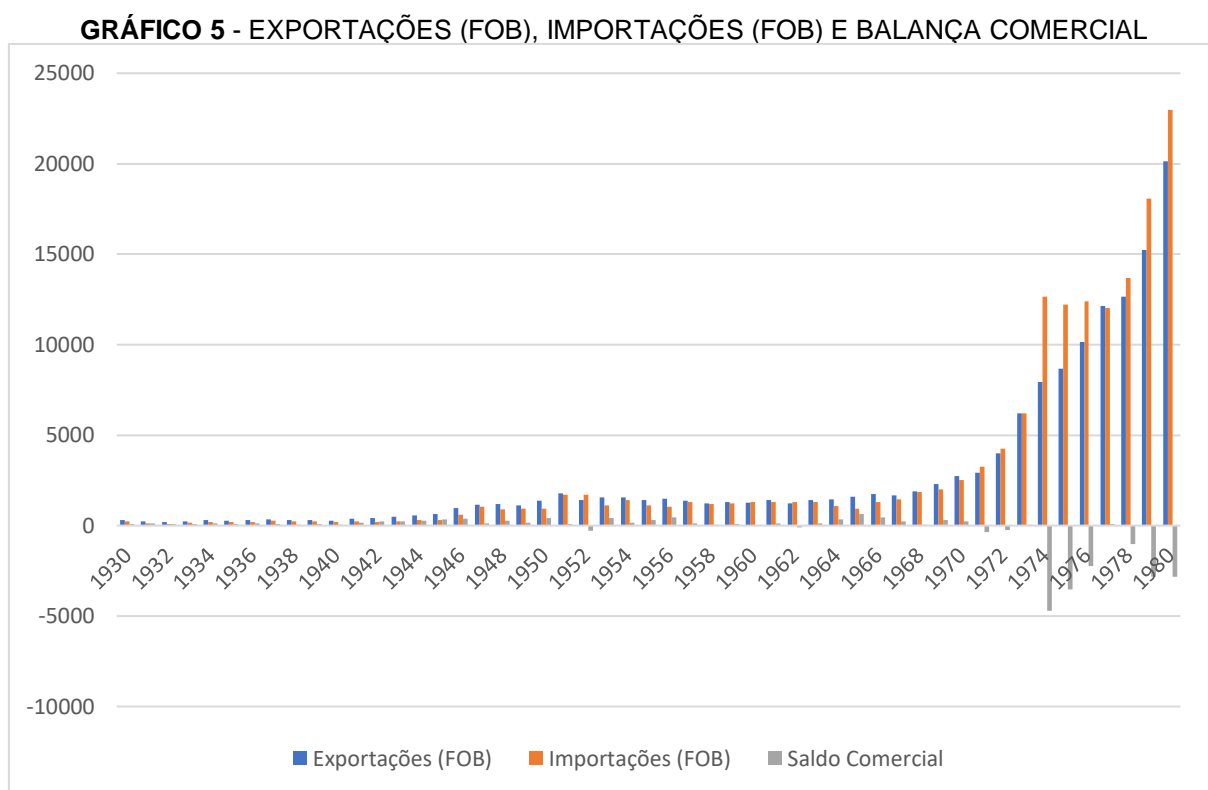
FONTE: Adaptado de IBGE (1990).

³⁰ De 1974 a 1979 aumentou 47% (SILVA, 2003, p.58).

³¹ GREMAUD, 2009, p.400.

A dependência externa da economia brasileira, ficou ainda mais evidente a partir de 1973, ano em que o “primeiro choque do petróleo” afetou bruscamente os preços deste insumo no mercado internacional. Este choque resultou em um quadro de restrição externa a partir de 1974. “Com os novos preços, comprimia-se a capacidade de importação e, conseqüentemente, de crescimento do país” (GIAMBIAGI, 2005, p.96).

Entre 1974 e 1979, o balanço de pagamentos apresentou déficits no saldo de transações correntes³², dentre outros fatores, foram provocados pelo aumento das importações, que como pode ser observado no gráfico 5, apresentou um considerável crescimento a partir de 1974.



FONTE: Adaptado de IBGE (1990).

O aumento explosivo nos preços do petróleo afetou diretamente desempenho favorável das exportações brasileiras. No entanto, a economia continuou crescendo com taxas superiores a 7% ao ano entre 1974 e 1979. Porém, os bons resultados em algumas áreas e a consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações, não foram

³² GREMAUD, 2009, p.400.

suficientes para “reverter a grave e mais nociva distorção das contas externas do País, de efeitos nefastos para a fase posterior, e que acabou por a unidade de ação da política exterior brasileira” (SILVA, 2003, p.62).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, buscou resgatar a importância histórica do período de evolução e consolidação da industrialização brasileira. Em vista disto, revisamos importantes momentos da economia e da política no Brasil.

Inicialmente, a partir da passagem do modelo econômico agroexportador para um processo de industrialização, a economia brasileira, impulsionada pelo crescimento da indústria, alcançou ótimos resultados econômicos a partir da década de 1930.

Vale destacar a forma com que o Brasil enfrentou a crise no período da Grande Depressão, pois foi decisiva para uma retomada positiva no crescimento, resultando no deslocamento do centro dinâmico da economia. De modo geral, o setor cafeeiro deixou de ser a base econômica do país e a partir de então, cedeu lugar à urbanização e à industrialização.

No que tange a industrialização por substituição de importações, é indiscutível a sua importância no processo de desenvolvimento da indústria no Brasil. O processo de substituição de importações decorreu durante décadas, inicialmente como resposta aos estrangulamentos externos e se manteve muitas vezes sob as políticas governamentais, mas se consolidou como fio condutor do crescimento da indústria.

Sob a luz da expansão industrial, pode-se ver a evolução do produto brasileiro, com o PIB alcançando ótimos índices de crescimento, mesmo com as oscilações observadas entre 1930 e 1980. A indústria de transformação se mostrou representativa, com crescimento anual médio positivo em todo o período analisado.

Do mesmo modo, nas décadas analisadas, houve uma transição do trabalho essencialmente agrícola para um trabalho industrial e um crescente aumento do trabalho assalariado, bem como a consolidação de novas relações de trabalho.

Com relação ao comércio exterior, as mudanças mais efetivas puderam ser observadas após a 2ª Guerra. Os Governos intensificaram suas ações a partir da década de 1940, implantando medidas que fomentavam principalmente a entrada de capital estrangeiro no país. Dessa forma, as exportações alcançaram ótimos resultados.

No entanto, principalmente após 1970, com uma intensa implementação das políticas externas, cresce também a dívida externa brasileira, alcançando altíssimos

índices durante a referida década. Logo, em um cenário de desequilíbrio econômico interno e externo, afetado principalmente pelos choques do petróleo, o Brasil chega aos anos de 1980 enfrentando uma grave recessão.

Portanto, confirmou-se a importância da retomada dos relevantes acontecimentos históricos da economia brasileira regatados ao longo do trabalho, buscando uma melhor compreensão do papel da indústria no crescimento econômico do país entre 1930 e 1980. Contudo, se recomenda a necessidade do aprofundamento do resgate histórico, para realização de trabalhos futuros, assim como para um melhor entendimento da economia brasileira nos dias atuais, visto que não se esgotou neste trabalho a totalidade da riqueza e complexidade dos acontecimentos do período.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, P.V.S. et al. **A Industrialização Brasileira Pós-Segunda Guerra Mundial: Uma breve análise das Políticas de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de Pós-graduação e IV Encontro de Iniciação a Docência. São Paulo, 2014.
- BARBOSA, A. F. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**. São Paulo. v.30, nº 87, p.7-28, maio/ago. 2016.
- BASTIAN, E.F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Est. Econ.** São Paulo, vol.43, n1, p.139-166, jan/mar. 2013.
- BENATTI, A. S. **Processo de Substituição de Importações: Uma estratégia de Desenvolvimento para a América Latina Experiências Comparadas – Brasil e México (1929-1980)**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – PROLAN, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CAMPOS, A.C. et al. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 34, n1(134), p.103-119, jan/mar. 2014.
- CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.35, nº3 (140), p.444-460, jul/set. 2015.
- Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. **IBGE** – 2ª ed, v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990.
- FONSECA, P.C.D. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista EconomiA**, Brasília, v.13, n.3b, p.843-866, set/dez. 2012.
- FONSECA, P.C.D. O Processo de Substituição de Importações. In: Rego, J. M. **Formação Econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo. Saraiva, 2003. p.248-282. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2018.
- FONSECA, P.C.D. Sobre a intencionalidade da Política Industrializante na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.23, n.1(89), p.133-148, jan./mar. 2003.
- FURTADO, C. A defesa do nível de emprego e a concentração de renda. In: _____. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GALA, P. **100 anos de PIB no Brasil**. Economia e Finanças. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- GIAMBIAGI, F., Hermann, J. et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011.
- GIL, A. **Métodos Técnicos de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- GREMAUD, et al. A tendência secular dos termos de troca brasileiros revistada – 1850-2000. In: Encontro Nacional de Economia, 29, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador, ANPECp. 1-14. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2001>>. Acesso: em 02 dez. 2018.
- GREMAUD, et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2009.
- LACERDA, A.C. et al. **Economia Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- MACARINI, J. P. A política bancária do regime militar: um projeto de conglomerado (1967-1973). **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n3(31), p.343-369, dez/2007.
- MARCONI, M. E LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.
- MATTEI, et al. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma análise histórica comparada. **Revista de Economia**, Curitiba, v.35, nº1 (ano 33), p.93-115, jan.abril. 2009.
- PELÁEZ, C. M. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**, Rio de Janeiro, v.22, nº1. 1968.
- POCHMANN, M. Brasil: segunda grande transformação do trabalho? **Estudos Avançados**. São Paulo. v.28, nº 81, p.23-38, maio/ago. 2014.
- SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1ª edição. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SILVA, H. C. M. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília. v.46, nº1, p.40-65, jan/jun. 2003.

TAVARES, M.C. Desenvolvimento e Igualdade. Rio de Janeiro, ed. Especial.
Homenagem aos 80 Anos de Maria da Conceição Tavares. **IPEA**, 2011.

VERMULM, R. A indústria de bens de capital seriados. CEPAL. **Oficina de Brasília**.
Brasília, R.147, p.1-58, dez. 2003.

VERSANI, F.L, SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização: uma
visão geral**. In: X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain,
1990.